

1. GOVERNANÇA DE TI E SEUS OBJETIVOS

A **Governança de Tecnologia da Informação** é um agrupamento de políticas, normas e processos utilizados para garantir que o setor de Tecnologia de Informação (TI) de uma instituição seja eficaz e, ao mesmo tempo, esteja alinhado ao modelo de negócios da empresa. Dessa forma, essa estrutura é utilizada para controlar a execução e a qualidade dos serviços de TI para que eles auxiliem no cumprimento e promovam a melhoria dos objetivos e estratégias da organização.

Segundo Gasetta (2012), os objetivos da Governança de TI são:

- Garantir que a TI suporte e maximize os objetivos e estratégias da organização por meio da implementação de uma estrutura de processos;
- Controlar, medir e auditar a execução e a qualidade dos serviços de TI;
- Viabilizar o acompanhamento de contratos com prestadores de serviços de TI;
- Definir condições para o exercício eficaz da gestão de TI com base em conceitos consolidados de qualidade;
- Alinhar a estratégia de TI com a do negócio;
- Aumentar a capacidade e agilidade para novos modelos de negócio ou ajustes nos modelos atuais;
- Explicitar a relação entre o aumento nos custos de TI e o aumento no valor da informação;
- Manter os riscos do negócio sob controle, por meio de uma gestão de riscos de TI mais eficaz;
- Explicitar a importância da TI para a continuidade dos negócios;
- Medir e melhorar continuamente o desempenho de TI.

2. DIFERENÇA ENTRE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI

A Governança de TI é responsável por orientar e monitorar a gestão de TI para que as necessidades da organização sejam satisfeitas. Portanto, a gestão de TI é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento de ações de acordo com o direcionamento da Governança de TI.

3. TRÊS MOTIVADORES PARA A IMPLANTAÇÃO DA GOVERNANÇA DE TI

Em um mundo cada vez mais tecnológico, existem inúmeros motivadores para a implantação da Governança de TI. A seguir, três motivadores serão destacados.

Quando **decisões de TI são tomadas isoladamente**, pode-se concluir que a área de TI não ocupa posição estratégica na organização e, além disso, pouco se integra com as áreas de negócios. Nessa situação, é provável que as necessidades dos serviços de TI não sejam percebidas e que esses serviços sejam entregues sem a qualidade desejada.

Quando há **altos gastos com TI**, haverá impacto negativo nos lucros e no desempenho das funções de TI da organização. As despesas elevadas com TI podem ser causadas por dificuldade de gestão de bens da área; alocação inadequada dos recursos; lentidão no processo de escolha, aquisição e entrega de soluções; ou, até mesmo, por insuficiência no orçamento para a área.

Quando **não há definição ou difusão de segurança de informação** na organização, as informações, de todos os graus de importância, tendem a ser não confiáveis ocasionando perda de credibilidade. Nesse cenário, não se possui permissão necessária para manipulação dos dados e, nem mesmo, conhecimento sobre seus proprietários.

4. AS CINCO DECISÕES DE TI SEGUNDO PETER WEILL E JEANNE W. ROSS

Weill e Ross (2006) especificaram os cinco direitos decisórios de TI que estão listados abaixo.

1. As **decisões sobre os princípios de TI** são declarações de alto nível sobre como a TI é utilizada no negócio.
2. As **decisões sobre arquitetura de TI** são definidas como Organização lógica de dados, aplicações e infraestruturas, definida a partir de um conjunto de

políticas, relacionamentos e opções técnicas adotadas para obter a padronização e a integração técnica e de negócio desejadas.

3. As **decisões sobre infraestrutura de TI** são os serviços de TI coordenados de maneira centralizada e compartilhados, que provêm a base para a capacidade de TI da organização.
4. As **decisões sobre necessidades de aplicações de negócio** são as especificações da necessidade de negócio de aplicações de TI adquiridas no mercado ou desenvolvidas internamente.
5. As **decisões sobre investimentos e priorização de TI** são as decisões sobre quanto e onde investir em TI, incluindo a aprovação de projetos e as técnicas de justificação.

As cinco decisões se relacionam para promover uma Governança de TI eficaz. Por exemplo, as decisões sobre investimentos e priorização de TI podem alocar recursos para para transformar princípios em sistemas.

5. ANÁLISE DA DIRETORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DGTI) DA UFLA

Dentre outras atribuições, a DGTI é responsável por definir as normas, políticas e termos da tecnologia de informação da UFLA, isto é, executa a Governança de TI.

Os diferentes setores da universidade possuem necessidades tecnológicas específicas e, portanto, é possível que um setor necessite executar individualmente um projeto de TI. Assim, a Governança de TI é fundamental para que haja padronização, direcionamento e priorização dos projetos descentralizados a fim de economizar recursos e assegurar que a TI seja utilizada de acordo com os objetivos da UFLA.

Além disso, a DGTI é essencial para garantir a qualidade dos serviços de TI oferecidos pela universidade à comunidade acadêmica e certificar a segurança dos dados trafegados pelos serviços.

6. RELAÇÃO ENTRE A GOVERNANÇA DE TI E A GOVERNANÇA CORPORATIVA

A **Governança Corporativa** diz respeito à aplicação dos conceitos de governança na organização como um todo, isto é, implementar políticas, normas e processos que definirão como a organização é administrada. Já a **Governança de TI**, se preocupa em aplicar esses conceitos na área de TI da organização. Portanto, pode-se afirmar que a Governança de TI é um componente da Governança Corporativa.

Para garantir que haja alinhamento estratégico entre as Governanças Corporativa e de TI, é fundamental que todas as áreas da organização participem da formulação de estratégias de TI.

Referências

GASETA, E. R. **Fundamentos de Governança de TI**. Rio de Janeiro: RNP/ESR, 2012.

WEILL, Peter; ROSS, W. Jeanne. **Governança de TI: como as empresas com melhor desempenho administram os direitos decisórios de TI na busca por resultados superiores**. São Paulo: Makron Books, 2006.